

EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS

AGO | 2019

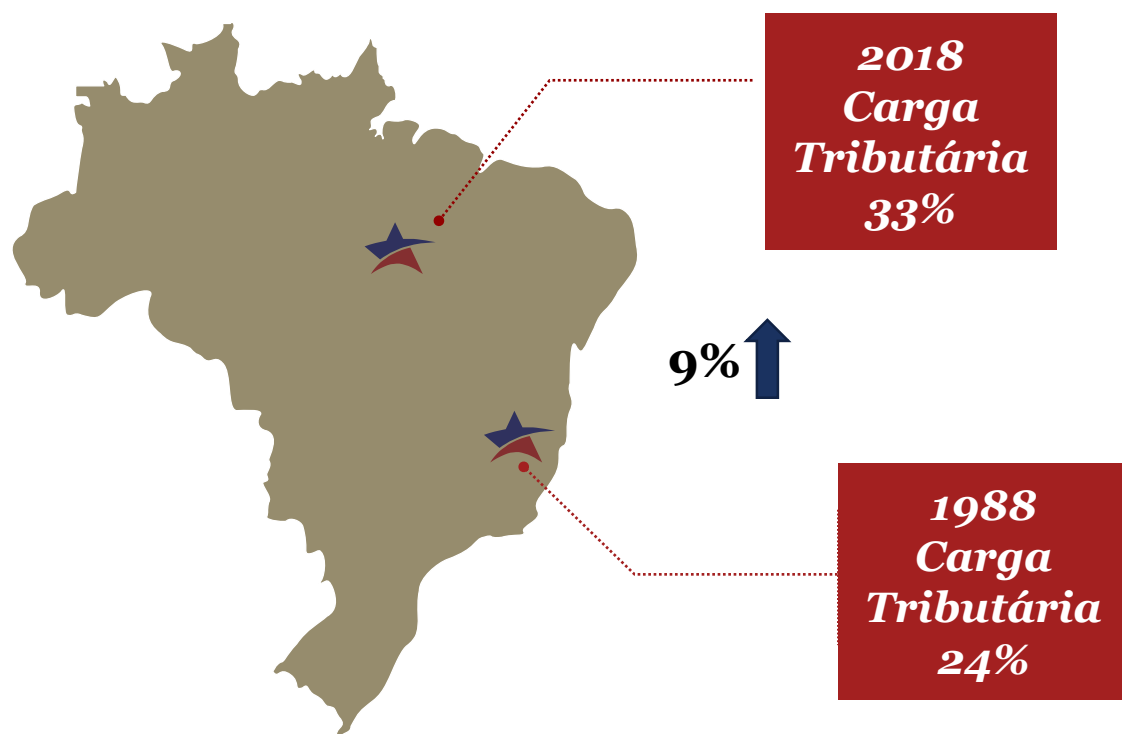


AGENDA

1. Breve histórico
2. Considerações gerais sobre o julgado pelo STF - (RE) 574.706
3. Principais discussões sobre jurídicas e contábil
4. Considerações finais
5. Perguntas e debates

1. BREVE HISTÓRICO

1.1 REFLEXO DAS CONTRIBUIÇÕES NA CARGA TRIBUTÁRIA



- 1988 ano de publicação da Constituição Federal;
- Aumento de Carga Tributária em função da criação das contribuições: COFINS, CSLL e CIDE;
- Relatório da RFB sobre os principais fatores de aumento da arrecadação em 2018, destacamos:
 - Crescimento de 23,51% da arrecadação da estimativa mensal do IRPJ/CSLL;
 - Alteração na Alíquota do PIS/COFINS (Setor Combustível);
 - Aumento de depósitos judiciais de natureza tributária;
 - Ações voltadas a obrigações acessórias em atraso;

1. BREVE HISTÓRICO

1.2 DADOS SOBRE A ARRECADAÇÃO DA RFB 2018

ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2018/2017
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/2018 - IPCA)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

| RECEITAS | JAN-DEZ/18 [A] | JAN-DEZ/17 [B] | DIFERENÇAS | |
|--|-------------------|-------------------|---------------|-------------|
| | | | [A]-[B] | [A]/[B]% |
| IRPJ/CSLL | 224.313 | 199.625 | 24.688 | 12,37 |
| COFINS/PIS-PASEP | 311.435 | 291.663 | 19.772 | 6,78 |
| I. IMPORTAÇÃO/IPI-VINCULADO | 59.536 | 48.970 | 10.566 | 21,58 |
| IRRF-RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR | 33.071 | 27.830 | 5.241 | 18,83 |
| IRRF-RENDIMENTOS DO TRABALHO | 120.241 | 117.005 | 3.236 | 2,77 |
| IPI (Exceto Vinculado) | 37.130 | 36.206 | 924 | 2,55 |
| IRRF-OUTROS RENDIMENTOS | 12.263 | 11.529 | 733 | 6,36 |
| IRPF | 34.540 | 33.912 | 628 | 1,85 |
| IOF | 36.868 | 36.339 | 529 | 1,46 |
| RECEITA PREVIDENCIÁRIA | 423.061 | 422.801 | 261 | 0,06 |
| CIDE-COMBUSTÍVEIS | 3.982 | 6.091 | (2.109) | (34,62) |
| IRRF-RENDIMENTOS DE CAPITAL | 52.571 | 61.623 | (9.052) | (14,69) |
| DEMAIS RECEITAS ADMINISTRADAS | 70.827 | 79.444 | (8.617) | (10,85) |
| RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB | 1.419.839 | 1.373.039 | 46.800 | 3,41 |

IRPJ/CSLL

3

PIS/COFINS

2

Receita Previdenciária

1

Fonte: Relatório de Arrecadação da RFB 2018

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O JULGADO PELO STF - (RE) 574.706 – “LEADING CASE” – VISÃO MACRO DA AÇÃO.

- Competência para o processamento da ação: Justiça Federal;
- Sujeito Ativo: Todas as empresas que recolhem ICMS, PIS e COFINS, exceto as empresas no SIMPLES Nacional;
- Sujeito Passivo: União Federal;
- Período que abrange a ação: Dependendo do momento da entrada da petição inicial;
- **Forma de utilização: Precatório através de execução do título judicial;**

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O JULGADO PELO STF - (RE) 574.706 – “LEADING CASE”

- **Posição do STF em 03/2017- Recurso Extraordinário - RE 574.706**

O Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu que o ICMS não integra a BC do PIS e da COFINS, na decisão por maioria dos votos (6 x 4), que finalizou o julgamento do RE 574.706.

Tese de julgamento fixada em **Repercussão Geral**:

O Julgamento da RE 574.706 ainda encontra-se pendente de apreciação dos embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional, para fins de ocorrer o trânsito e julgado. ✓

Tal fato tem gerado controvérsias jurídicas e contábil que veremos a diante!

3. PRINCIPAIS DISCUSSÕES JURÍDICAS E CONTÁBIL

3.1 JURÍDICA: DECISÃO DE OUTROS TRIBUNAIS INFERIORES: STJ – 1º CONTROVÉRSIA, TRF (4º REGIÃO)

- **Posição do STJ em 03/2017-**

“O Superior Tribunal de Justiça, no RESP 114.469/PR6 decidiu, no regime de recursos repetitivos, com trânsito e julgado em Mar/2017, que o **ICMS integra as bases de cálculo do PIS e da COFINS.**”

- **Posição do TRF – 4 (4º REGIÃO)**

“ Originalmente no processo da IMCOPA Importação Exportação e Indústria de Óleos LTDA, foi julgado que o ICMS integra a BC do PIS/COFINS, sendo tal decisão reformada pelo julgamento RE 574.706 pelo STF – “Leading Case”. ”

3. PRINCIPAIS DISCUSSÕES JURÍDICAS E CONTÁBIL

3.2 JURÍDICA: POSICIONAMENTO DA RFB APÓS O JULGADO PELO STF

Para atender as decisões transitadas e julgadas a RFB emitiu, em 24 de outubro de 2018, A Solução de Consulta COSIT N° 13, os ditames introduzidos tem gerado inúmeras discussões!

Resumo da COSIT N° 13

a) o montante a ser excluído da base de cálculo mensal da contribuição é o valor mensal do ICMS a recolher, conforme o entendimento majoritário firmado no julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, pelo Supremo Tribunal Federal;

b) considerando que na determinação da Contribuição para o PIS/Pasep do período a pessoa jurídica apura e escritura de forma segregada cada base de cálculo mensal, conforme o Código de Situação tributária (CST) previsto na legislação da contribuição, faz-se necessário que seja segregado o montante mensal do ICMS a recolher, para fins de se identificar a parcela do ICMS a se excluir em cada uma das bases de cálculo mensal da contribuição;

c) a referida segregação do ICMS mensal a recolher, para fins de exclusão do valor proporcional do ICMS, em cada uma das bases de cálculo da contribuição, será determinada com base na relação percentual existente entre a receita bruta referente a cada um dos tratamentos tributários (CST) da contribuição e a receita bruta total, auferidas em cada mês;

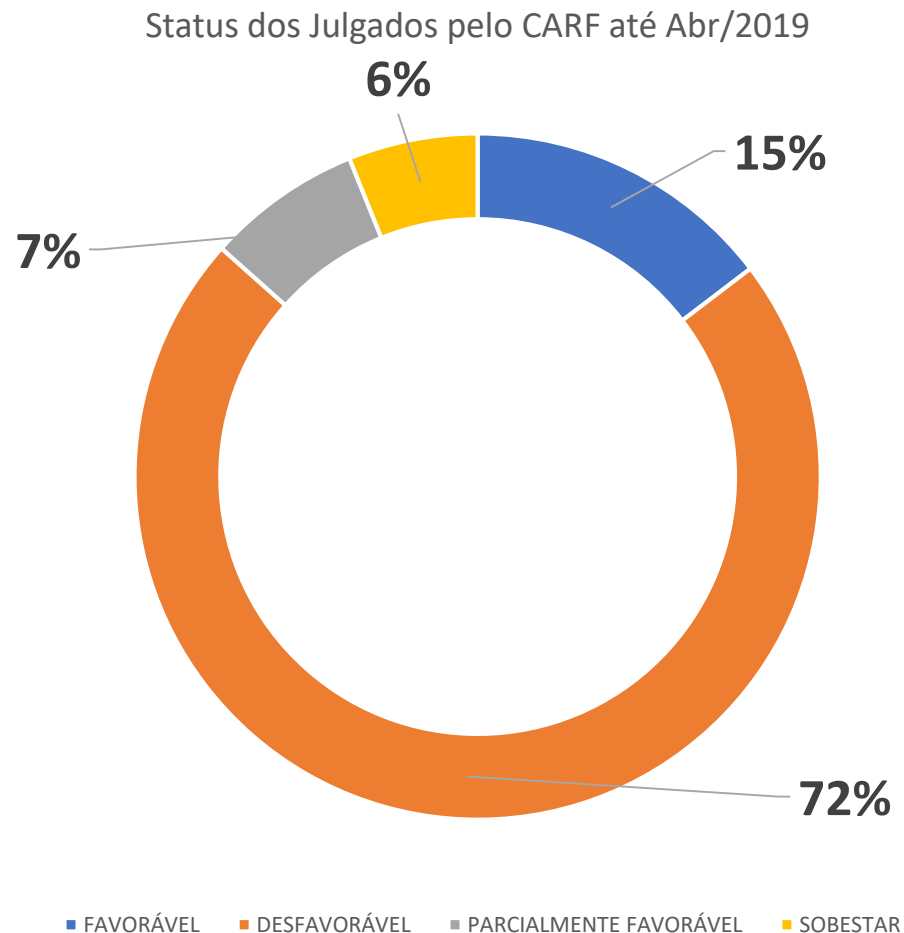
3. PRINCIPAIS DISCUSSÕES JURÍDICA E CONTÁBIL

3.3 JURÍDICAS: DECISÕES DO CARF ATÉ ABR/2019

2º CONTROVÉRSIA APÓS POSICIONAMENTO DA RFB – COSIT 13

No âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, conforme a interpretação de seu regimento interno (há controvérsias neste entendimento), prevê o requisito da decisão definitiva para a obrigatoriedade da aplicação do precedente deve observar se decisão já transitou em julgado.

| STATUS DO JULGAMENTO | NR |
|------------------------|----|
| FAVORÁVEL | 12 |
| DESFAVORÁVEL | 59 |
| PARCIALMENTE FAVORÁVEL | 6 |
| SOBRESTAR | 5 |
| TOTAL | 82 |



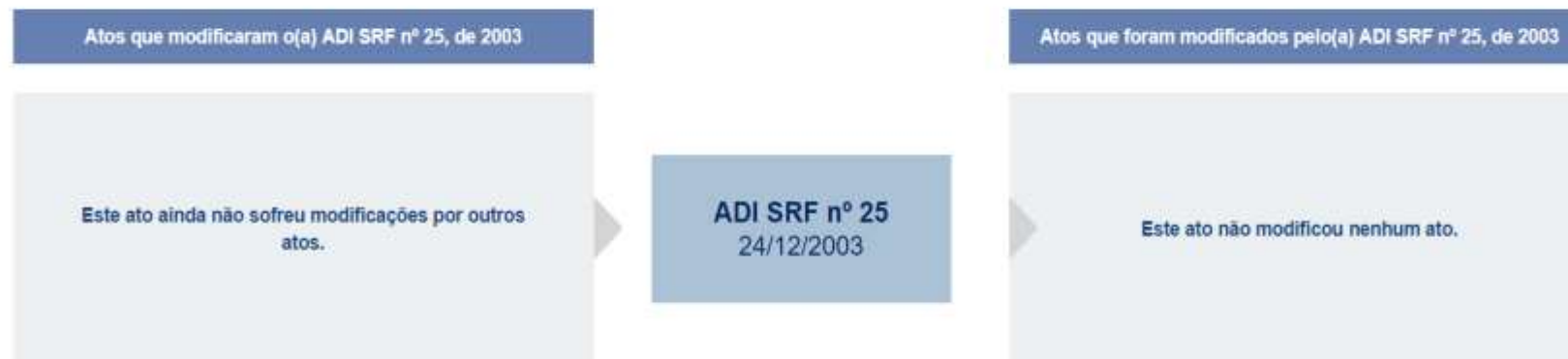
3. PRINCIPAIS DISCUSSÕES JURÍDICA E CONTÁBIL

3.4 CONTÁBIL – CORRENTE 2 – CONTABILIZAÇÃO COMO RECEITA

ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO SRF Nº 25, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2003

Multivigente Vigente Original Relacional

(Publicado(a) no DOU de 29/12/2003, seção , página 15)



Legenda

- Atto vigente que nunca foi alterado (exceto por retificação)
- Atto vigente que já foi alterado
- Atto não vigente
- Atto revigorado
- Atto que promove retificação

Clique único no ato que deseja consultar: visão relacional
Clique duplo no ato que deseja consultar: visão multivigente

- Comando que altera o texto de outra norma
- Comando que interrompe a vigência de outra norma
- Comando que recupera a vigência de outra norma
- Comando que retifica a norma

3. PRINCIPAIS DISCUSSÕES JURÍDICA E CONTÁBIL

3.4 CONTÁBIL

ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO SRF Nº 25, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2003

Dispõe sobre a tributação de valores restituídos ao contribuinte pessoa jurídica, por força de sentença judicial em ação de repetição de indébito. O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 209 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, e tendo em vista o disposto no art. 53 da Lei nº 9.430, de 1996, e o que consta do processo nº 13603.001166/2002-76, declara:

Art. 1º **Os valores restituídos a título de tributo pago indevidamente** serão **tributados pelo Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**, se, em períodos anteriores, tiverem sido computados como despesas dedutíveis do lucro real e da base de cálculo da CSLL.

Art. 2º Não há incidência da Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep sobre os valores recuperados a título de tributo pago indevidamente.**

Art. 3º **Os juros incidentes sobre o indébito tributário recuperado é receita nova e, sobre ela, incidem o IRPJ, a CSLL, a Cofins e a Contribuição para o PIS/Pasep.**

Art. 4º No caso de reconhecimento das receitas pelo regime de caixa, o indébito e os juros passam a ser receita tributável do IRPJ e da CSLL no momento do pagamento do precatório.

3. PRINCIPAIS DISCUSSÕES JURÍDICA E CONTÁBIL

3.4 CONTÁBIL

ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO SRF Nº 25, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2003

Art. 5º **Pelo regime de competência, o indébito passa a ser receita tributável do IRPJ e da CSLL** no trânsito em julgado da sentença judicial que já define o valor a ser restituído.

§ 1º No caso de a sentença condenatória não definir o valor a ser restituído, o indébito passa a ser receita tributável pelo IRPJ e pela CSLL:

I - **na data do trânsito em julgado da sentença que julgar os embargos à execução, fundamentados no excesso de execução (art. 741, inciso V, do CPC);**
ou

II - **na data da expedição do precatório**, quando a Fazenda Pública deixar de oferecer embargos à execução.

§ 2º **A receita decorrente dos juros de mora devidos sobre o indébito deve compor as bases tributáveis do IRPJ, da CSLL, da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, observado o seguinte:**

I - se a sentença que julgar a ação de repetição de indébito já definir o valor a ser restituído, é, no seu trânsito em julgado, que passam a ser receita tributável os juros de mora incorridos até aquela data e, a partir dali, os juros incorridos em cada mês deverão ser reconhecidos pelo regime de competência como receita tributável do respectivo mês;

II - se a sentença que julgar a ação de repetição de indébito não definir o valor a ser restituído, é, no trânsito em julgado da sentença dos embargos à execução fundamentados em excesso de execução (art. 741, inciso V, do Código de Processo Civil), que passam a ser receita tributável os juros de mora incorridos até aquela data e, a partir dali, os juros incorridos em cada mês deverão ser reconhecidos pelo regime de competência como receita tributável do respectivo mês;

III - se a sentença que julgar a ação de repetição de indébito não definir o valor a ser restituído e a Fazenda Pública não apresentar embargos à execução, os juros de mora sobre o indébito passam a ser receita tributável na data da expedição do precatório.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

*Este texto não substitui o publicado oficialmente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS – O QUE FAZER DEPOIS ?

Pelo registro dos valores recolhidos indevidamente, cuja parcela tenha sido registrada anteriormente a débito de conta de resultado:

D – PIS/COFINS a Compensar (Ativo Circulante)

C – PIS/COFINS sobre Vendas (Conta de Resultado)

Quando da Compensação (principal)

D - IMPOSTOS FEDERAIS a recolher (Passivo)

C - PIS/COFINS a Compensar (Ativo Circulante)



D – DESPESAS COM TRIBUTOS PROCESSOS TRANSIT E JULGADO

C – IRPJ/CSLL A RECOLHER (Passivo Circulante)

Pelo reconhecimento dos juros sobre o valor a compensar:

(ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO SRF Nº 25, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2003)

D – PIS/COFINS a Compensar (Ativo Circulante)

C – Receita Operacional (Conta de Resultado)

Por ocasião da compensação efetivada (juros)

D - IMPOSTOS FEDERAIS a recolher (Passivo Circulante)

C - PIS/COFINS a Compensar (Ativo Circulante)



D – DESPESAS COM TRIBUTOS PROCESSOS TRANSIT E JULGADO

C – IMPOSTOS FEDERAIS a recolher (Passivo Circulante)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS – O QUE FAZER DEPOIS ?

*Procedimento de habilitação e **compensação** do crédito fiscal junto a RFB*

- 1. **Decisão transitada em julgado;***
- 2. **Habilitação do crédito perante a RFB (IN 1717/17) - Art.101, § Único: O deferimento do pedido de habilitação do crédito não implica reconhecimento do direito creditório ou homologação da compensação.***
- 3. **Pedido de Compensação / Restituição (IN 1717/17): Art 65 – Mediante de PERD/COMP ou formulário de Declaração de Compensação;***

() **A hipótese do pedido de compensação foi vedada expressamente por meio Solução de Consulta nº 239 – Cosit, de 19 de agosto de 2019.***

5. PERGUNTAS

Debates !

PALESTRANTE



Rodrigo Anegues

Sócio - Diretor Executivo
Tax & Tecnologia

+55 11 2847-4767

+55 11 95063-2886

rodrigo.anegues@austinassociados.com.br

Possui mais de 20 anos de experiência na área de controladoria, finanças, consultoria e auditoria em empresas nacionais e multinacionais.

Desenvolveu projetos de Otimização tributária, Compliance fiscal, Diagnóstico fiscal e contábil em processos de Due Diligence, Projetos de obtenção de incentivos fiscais estaduais (PRODEPE-PE), Federal (SUDENE/SUDAM) e Municipais.

Atuação como Gerente/Gerente Sênior nas empresas EY e PwC por 7 anos. Na PwC Brasil, foi líder da área de Compliance Eletrônico, responsável pela criação de softwares de inteligência fiscal.

Atuou com Head de Tax por dois anos em projetos de compliance fiscal na Cidade do México e em projetos de otimização tributária para a América Latina, participou de Due Diligence para aquisição de rede de varejo no Brasil.

Atuou como Controller em Industria do Segmento de Bebidas, liderando áreas estratégicas (Contábil, Fiscal e Controladoria).

Bacharel em Ciências Contábeis, Pós – Graduado em Controladoria e Finanças, cursou Mestrado de Administração de empresas, atuou como membro do Comitê Tributário da Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRio. Também atuou como professor em disciplinas do curso de Ciências Contábeis e autor de artigos publicados na área tributária.

Reconhecimento profissional do grupo ACCOR como prestador de serviços tributários:

- SOUTH AMERICA BERNACHES AWARDS – RECUPERAÇÃO TRIBUTÁRIA PIS/COFINS em fevereiro de 2018.